

MP 422 impede corte de despesas

BRASÍLIA — Com a inclusão do setor de saúde na Medida Provisória 422 — prometida pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso — o ministro da Saúde, Henrique Santillo, pretende recuperar parte do fôlego financeiro e saldar dívidas que já acumula neste início de ano com os hospitais que prestam serviços de assistência médica. A medida provisória estabelece algumas despesas do governo que não podem ser cortadas até a aprovação do Orçamento deste ano, o que permitiria ao Ministério da Saúde utilizar recursos acima do valor do duodécimo de seu orçamento repassado mensalmente.

De acordo com o secretário de Assistência à Saúde do Ministério, Gilson Carvalho, a MP 422 permitiria a utilização do montante necessário para a cobertura das despesas com assistência médica sem a necessidade de obedecer ao limite do duodécimo. "Considerando a inflação e a insuficiente forma de correção do duodécimo, a medida provisória faz modificações na Lei de Diretrizes Orçamentárias, permitindo o uso do montante necessário para algumas despesas", explicou. Na edição da MP 422, o Ministério da Saúde ficou fora da relação das chamadas despesas não-

comprimáveis, o que levou Henrique Santillo a fazer gestões junto ao ministro Fernando Henrique e ao presidente Itamar Franco.

O duodécimo disponível de janeiro para o Ministério da Saúde para despesas de custeio foi de CR\$ 145 bilhões, dos quais, segundo cálculos do ministro, CR\$ 28 bilhões já foram repassados para pagar contas de novembro e CR\$ 74 bilhões não estão disponíveis, já que viriam das receitas do Fundo Social de Emergência, ainda inexistente. Restariam apenas CR\$ 42 bilhões para pagar despesas da rede hospitalar que mantém convênio com o SUS, que somam CR\$ 180 bilhões.

Além da inclusão da saúde na MP 422, o ministro Henrique Santillo luta pela suplementação do orçamento. De acordo com a proposta orçamentária enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional, o Ministério disporá este ano de US\$ 9 bilhões, pouco mais da metade dos US\$ 14 bilhões solicitados. O ministro da Saúde alega não ter recursos suficientes para pagar sequer as contas hospitalares, excluídos os programas em andamento. Na semana passada, Santillo enviou para políticos o documento "Em Defesa da Saúde", no qual expõe a situação do setor.